

FMI aceita adiar metas

O presidente do Banco Central, Carlos Langoni, disse ontem que o FMI aceitou que o Brasil corrija durante o ano os desvios nas metas do primeiro trimestre. Mas Langoni não se mostrou preocupado agora com a questão externa, nem com o Projeto 4. "Os problemas são internos e deverão ser divulgados até o dia 10, quando chega a missão do FMI. As metas do orçamento monetário também serão alteradas", assegurou.

Nervoso, Langoni afirmou ser prematuro falar sobre as decisões que serão tomadas pelo governo visando uma redução substancial no déficit público. A afirmação de Langoni foi feita, logo após sair apressadamente do gabinete do ministro Delfim Netto, no Palácio do Planalto, onde participou de reunião com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, o Secretário Especial de Controle das Empresas Estatais, Nelson Mortada, e o Secretário Especial de Abastecimento e Preços da Seplan, Milton Dallari. Contrariamente a seus hábitos, voltou à noite para seu gabinete.

Marcos de Oliveira



Langoni

Langoni declarou que o governo está trabalhando no sentido de melhor operacionalizar as medidas que serão tomadas nas diversas áreas da economia. Essas medidas — segundo o presidente do Banco Central, "só serão divulgadas quando tiver uma idéia precisa sobre elas".

Indagado sobre declarações

de banqueiros estrangeiros, a respeito de moratória, Langoni respondeu que "não estamos pensando nisso". O Secretário Especial da Sest, Nelson Mortada, afirmou, após sair da reunião, que a reprogramação orçamentária das empresas estatais não é um problema a ser levado à apreciação do Conselho Monetário Nacional. O problema das estatais — (corte nas despesas de investimento e custeio) será submetido diretamente à apreciação do presidente João Figueiredo, explicou ele.

O Secretário Especial de Abastecimento e Preços, Milton Dallari, afirmou que ainda não se chegou a qualquer decisão sobre a forma de acelerar a retirada dos subsídios, seja do trigo, petróleo, ou açúcar. "Estamos trabalhando todas as hipóteses, combinando prazos e intensidade, para acabar com os subsídios".

Uma alternativa em estudo, segundo Dallari, é a retirada integral do subsídio ao trigo, ainda este ano, mas não há nada definido sobre o assunto.